

HABEAS CORPUS Nº 468.767 - RS (2018/0235702-1)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : MAICO ARIEL FERREIRA GUIMARÃES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MAICO ARIEL FERREIRA GUIMARÃES, em face de acórdão proferido em sede de agravo em execução, pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções proferiu decisão, indeferindo o pleito defensivo de concessão de comutação da pena com base no Decreto n.º 9.246/2017, uma vez que no termos do art. 4.º, IV do aludido diploma normativo, o reeducando não faria *jus* por ter tido revogado livramento condicional outrora concedido.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução penal, que foi improvido pelo Tribunal local.

Daí o presente *writ*, em que a Impetrante sustenta, em síntese, que *embora o prazo de doze meses para análise dos óbices para concessão de indulto e comutação tenha sido previsto apenas no inciso I do art. 4º do Decreto nº 9.246/2017, que dispõe sobre o cometimento da falta grave, não se pode olvidar que, com relação ao descumprimento das condições do livramento condicional (fato menos gravoso), não pode fato antigo repercutir por tempo ilimitado* (fl. 2).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para cassar o acórdão, concedendo-se a comutação ao paciente.

A liminar foi indeferida (fl. 99).

As informações foram prestadas (fls. 103-145).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo não conhecimento do *habeas corpus*, mas pela concessão da ordem de ofício (fls. 149-151).

É o relatório.

DECIDO.

A Corte *a quo* negou provimento ao agravo em execução penal defensivo, com base nos seguintes fundamentos (fls. 85-):

Com feito, em análise à Guia de Execução Penal, verifico que o apenado cumpre pena privativa de liberdade total de 13 anos de reclusão, pela prática do crime de homicídio qualificado, tendo iniciado o cumprimento da reprimenda em 28.10.2013.

Requeru ao Juízo da execução a concessão do benefício de comutação de pena, com base no Decreto Presidencial nº 9.246/2017.

Entretanto, em 27.04.2018, o magistrado da execução indeferiu o pedido, tendo em vista que o apenado teve revogado o benefício do livramento condicional em virtude de descumprimento das condições, em 16.10.2013, deixando de apresentar-se em juízo e de informar imediatamente qualquer mudança de endereço, frustrando as intimações (fls. 06/07), o que constitui fato impeditivo à concessão da comutação, nos termos do art. 4º, inc. IV, do Decreto nº 9246/17:

Art. 4º O indulto natalino ou a comutação não será concedido às pessoas que:

I- tenham sofrido sanção, aplicada pelo juízo competente em audiência de justificação, garantido o direito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, em razão da prática de infração disciplinar de natureza grave, nos doze meses anteriores à data de publicação deste Decreto;

II - tenham sido incluídas no Regime Disciplinar Diferenciado, em qualquer momento do cumprimento da pena;

III - tenham sido incluídas no Sistema Penitenciário Federal, em qualquer momento do cumprimento da pena, exceto na hipótese em que o recolhimento se justifique por interesse do próprio preso, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008; ou

IV - tenham descumprido as condições fixadas para a prisão albergue domiciliar, com ou sem monitoração eletrônica, ou para o livramento condicional, garantido o direito aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Observe-se, *in casu*, que o paciente obteve o livramento condicional no dia 3/12/2012, o qual foi revogado pelo Juízo das Execuções em 16/10/2013, em virtude do descumprimento deliberado da condição do livramento condicional consistente no comparecimento mensal ao aludido juízo.

Insta destacar que, considerar o descumprimento das condições do livramento condicional, cometido fora do prazo estipulado pelo Decreto, como

empecilho para a concessão da comutação, configura a criação de requisito não previsto no instrumento normativo de regência, na hipótese, o Decreto Presidencial n.º 9.246/2017, principalmente quando se sabe que o indulto e a comutação de pena são atos discricionários e exclusivos do Presidente da República, a teor do art. 84, XII, da Constituição Federal, razão pela qual incumbe a este a definição da extensão do benefício. Nesse sentido, colhe-se o seguinte precedente:

HABEAS CORPUS INDULTO DESCUMPRIMENTO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL FORA DO LAPSO TEMPORAL EXIGIDO PELO ARTIGO 4º DO DECRETO PRESIDENCIAL Nº 7.046/09. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO.

1. O artigo 4º do Decreto Presidencial nº 7.046/09 condiciona a concessão de indulto ou comutação, conforme o caso, à inexistência de falta disciplinar de natureza grave cometido nos últimos doze meses de cumprimento da pena, contados retroativamente à publicação do Decreto, razão pela qual, preenchidos os demais requisitos, o descumprimento das condições do livramento condicional fora do período estabelecido pelo indigitado Decreto, não tem o condão de inviabilizar a concessão da comutação da pena.

2. Ordem concedida, de ofício, para o fim de anular a decisão do Tribunal de origem, e determinar que o Juízo das Execuções Criminais afaste a ocorrência mencionada e reaprecie a concessão do benefício de indulto, nos termos do Decreto Presidencial nº 7.046/09. (HC 242.667/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe 19/03/2014).

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para determinar que o Juízo das Execuções reanalise o pleito defensivo da concessão de comutação da pena, se atendo, estritamente, aos requisitos elencados no Decreto Presidencial n.º 9.246/2017.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator